



**24° ENANCIB**  
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação  
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação  
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



## XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

### GT 10 – Informação e Memória

#### MEMORIA MANICOMIAL:

POSSIBILIDADES DE RECONSTRUÇÃO A PARTIR DOS ACERVOS DOCUMENTAIS

#### MANICOMIAL MEMORY:

*POSSIBILITIES OF RECONSTRUCTION FROM DOCUMENTARY COLLECTIONS*

**Fellipe Sá Brasileiro** – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)<sup>1</sup>

**Claudialyne da Silva Araújo** – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)<sup>2</sup>

**Gerlane Farias Alves** – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)<sup>3</sup>

#### Modalidade: Trabalho Completo

**Resumo:** A memória manicomial tende a ser fragmentada e socialmente desprezada por corresponder a grupos de pessoas historicamente marginalizadas. Tal realidade dificulta a constituição de identidades e o acesso à cidadania por pessoas em estado de sofrimento mental esquecidas e silenciadas em instituições de tratamento psiquiátrico. Este trabalho objetiva refletir acerca das possibilidades de reconstrução de uma memória manicomial a partir das informações registradas em acervos de instituições manicomiais sob a perspectiva social da Ciência da Informação. Trata-se de um estudo de caso, de cunho descritivo, baseado nas atividades de preservação (conservação, organização e digitalização de acervos institucionais) da memória manicomial realizadas no âmbito do projeto de extensão “Saúde Mental e Justiça: desenvolvimento de um ambiente digital para a disseminação e ressignificação da informação e memória a partir do acervo arquivístico da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba (PPF/PB)”. Constata que as atividades do Projeto, como a conservação de suportes, a organização e a digitalização dos documentos, auxiliam a preservação das informações do acervo da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba de modo a contribuir para a salvaguarda do acervo. Desse modo, novas pesquisas sobre a assistência manicomial podem ser realizadas a fim de perpetuar e disseminar informações que ajudem a compor uma memória manicomial paraibana.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação; memória manicomial; Projeto de Extensão Saúde Mental e Justiça: desenvolvimento de um ambiente digital para a disseminação e ressignificação da informação e memória a partir do acervo arquivístico da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba (PPF/PB).

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB (PPGCI/UFPB).

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes (MPOGA/UFPB).

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB (PPGCI/UFPB).

**Abstract:** Asylum memory tends to be fragmented and socially despised because it corresponds to groups of historically marginalized people. This reality makes it difficult for people in a state of mental suffering who are forgotten and silenced in psychiatric treatment institutions to establish identities and access citizenship. This work aims to reflect on the possibilities of reconstructing an asylum memory based on information recorded in collections of asylum institutions from the social perspective of Information Science. This is a case study, of a descriptive nature, based on the preservation activities (conservation, organization and digitization of institutional collections) of asylum memory carried out within the scope of the extension project “Mental Health and Justice: development of a digital environment for the dissemination and reframing of information and memory from the Paraíba Forensic Psychiatry Penitentiary (PPF/PB) archival collection”. It is noted that the Project's activities, such as the conservation of media, the organization and digitization of documents, seek to assist in the preservation of existing information in the collection of the Forensic Psychiatry Penitentiary of Paraíba, contributing to the safeguarding of the collection. In this way, new research on asylum care can be carried out, perpetuating and disseminating information that helps to create an asylum memory in Paraíba.

**Keywords:** Information Science; asylum memory; Mental Health and Justice Extension Project: development of a digital environment for the dissemination and reframing of information and memory from the Paraíba Forensic Psychiatry Penitentiary (PPF/PB) archival collection.

## 1 INTRODUÇÃO

A memória é normalmente entendida como o ato de adquirir, armazenar e recuperar informações registradas. Desse modo, segundo Le Goff (2003), a memória poderia ser entendida como o ato de conservar certas informações. Esta seria, então, um conjunto de funções psíquicas que garantiriam ao homem atualizar impressões ou informações passadas num processo de reconstrução.

Segundo Oliveira *et al.* (2019), a memória assume posição estratégica na construção e manutenção de identidades. Desse modo, concordando com Millar (2006), embora saibamos que o documento e o arquivo em si não são memória (são, na verdade, gatilhos de memória), estes possuem como atributo a capacidade de acionar uma memória individual ou coletiva porque são produzidos para responder a uma ação que necessite de um registro visando prova ou materialidade de determinadas ações.

Sendo assim, embora a existência dos registros por si só não constitua a existência de uma memória coletiva (pois, para isso, estes precisam ser relevantes e compostos por significativos para fazerem parte do discurso e da prática social de um determinado grupo), sem eles fica inviável a reconstrução desta. Por conta disso, acreditamos que todas as atividades que buscam a preservação dos registros são de grande importância pois

proporcionam a reunião das informações existentes, seu estudo e a possibilidade de reconstrução de uma memória social permitindo que as futuras gerações possam ter acesso à história, cultura, costumes e eventos de um determinado período ou grupo. Como afirma Le Goff (2003) a memória “é um elemento essencial da identidade, seja ela individual ou coletiva”.

Por outro lado, também é possível observar que boa parte da memória pode não ser reconhecida, ou ser constituída de impedimentos que interferem em seu conhecimento, principalmente quando se encontra registrada em suportes que envolvem sujeitos marginalizados e/ou condenados pela sociedade. Exemplo disso são os diversos registros sobre a assistência à loucura existentes em instituições, como asilos, manicômios ou complexos judiciários manicomial. Normalmente, esses documentos consistem em poucas fontes documentais ou, ainda, em acervos inacessíveis aos pesquisadores por conta de regras internas das instituições que os abrigam, quando não sofrem pela falta de organização e preservação, dificultando, assim, a produção de trabalhos científicos sobre esse tipo de assistência.

Sendo assim, percebendo a existência do campo social da Ciência da Informação, abordando elementos importantes, como a preservação de acervos e a defesa da disseminação das informações existentes nestes para a formação de uma memória social compartilhada pela sociedade, trazemos a seguinte problemática neste trabalho: Quais as possibilidades de reconstrução de uma memória manicomial a partir das atividades de conservação, organização e digitalização das informações registradas em acervos de instituições manicomial?

O presente estudo faz parte do início da pesquisa desenvolvida em nível de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Dentro da intersecção existente entre o campo da Ciência da Informação e da Memória, procura apresentar a possibilidade de reconstrução da memória da trajetória de assistência manicomial paraibana através do estudo das informações produzidas pelas instituições asilares/manicomial existentes na cidade de João Pessoa. No presente trabalho, consideramos como caso analítico as atividades de conservação, organização e digitalização de informações realizada pelo Projeto de Extensão da UFPB - “Saúde Mental e Justiça: desenvolvimento de um ambiente digital para a

disseminação e ressignificação da informação e memória a partir do acervo arquivístico da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba (PPF/PB)”.

Este trabalho, portanto, objetiva refletir acerca das possibilidades de reconstrução de uma memória manicomial a partir das informações registradas em acervos de instituições manicomiais sob a perspectiva social da Ciência da Informação. Para tanto, delineamos os seguintes objetivos específicos: (i) apreender como o tema da memória manicomial pode ser desenvolvido a partir da intersecção existente entre a Ciência da informação e a memória; (ii) tecer um breve histórico das instituições manicomiais existentes na cidade de João Pessoa e as tipologias produzidas por elas durante suas atividades; (iii) e compreender as possibilidades de preservação e reconstrução das memórias manicomiais paraibanas tomando como caso analítico o trabalho realizado pelo Projeto de Extensão “Saúde Mental e Justiça: desenvolvimento de um ambiente digital para a disseminação e ressignificação da informação e memória a partir do acervo arquivístico da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba (PPF/PB)”, formado por docentes e alunos do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Trata-se de um estudo de caso, de cunho descritivo, baseado nas atividades de preservação (conservação, organização e digitalização de acervos institucionais) da memória manicomial realizadas no âmbito do projeto e na instituição já citados entre os anos de 2021 e 2023.

## **2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: APROXIMAÇÕES PARA A RECONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA MANICOMIAL**

Nas Ciências Sociais Aplicadas, a dimensão social da Ciência da Informação abarca temas importantes da nossa sociedade. Wersig e Nevelling (1975) *apud* Saracevic (1996, p. 43) afirmam que “[...] atualmente, transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da CI”.

Por sua vez, Silva e Ribeiro (2002) entendem que informação social corresponde ao “conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registradas num qualquer suporte

material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes” (Silva; Ribeiro, 2002, p. 37).

Sabendo que a informação é a aliada indispensável dos processos de mudança, tentamos compreender a potencialidade da informação no que concerne à saúde mental e à reconstrução de memórias. Desse modo, entendemos que a informação existente em fontes que registram atividades de instituições manicomiais podem ser utilizadas para a reconstrução de identidades, denúncia de arbitrariedades, assim como salvaguarda do patrimônio histórico e/ou documental de uma sociedade a partir de um compartilhamento através de uma memória social, pois, como afirmam Feitas *et al.* (2012, p. 11), a informação social “é o objecto da Ciência da Informação, remetendo para todos os dados passíveis de interessar pela relevância da sua utilidade”.

Diversos pesquisadores se dedicaram a entender a loucura como um problema social, marginalizado em alguns períodos e negligenciado em outros, produzindo estudos que mostravam as formas de tratamento, de administração dos corpos e seu controle. Entre eles podemos citar autores clássicos, como Foucault (1960), Goffman (1961) e Porter (1990), que abordam em seus trabalhos a história da loucura, do louco infrator, das instituições totais, e do percurso social dessas pessoas através do tempo.

Na Ciência da Informação, o assunto se apresenta ainda de forma tímida, embora já possamos observar alguns trabalhos relevantes publicados em bases de dados brasileiras da área, como a Base de Dados de Ciência da Informação (BRAPCI), o Sistema de Automação de Bibliotecas (SABI) e da Base de Dados da Escola de Ciência da Informação da UFMG (PERI), que abarcam assuntos ligados ao tema da loucura e da informação trabalhados em conjunto.

Ao avaliar publicações sobre saúde mental nas bases de dados citadas durante o período de 2011 a 2020, utilizando termos como “Saúde Mental” e “Psiquiátrico”, observamos que nelas, a temática aparece em alguns artigos publicados, a saber:

- (i) BRAPCI - *Entre silêncios e sussurros: a questão do acesso à informação sobre o “louco”, uma análise dos prontuários do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba*, de Sanches Neto e Lima (2016); *Da loucura e da arte nos limites de uma epistemologia da organização da informação*, de Saldanha e Silva (2017); *Memória da loucura e as reflexões da memória psiquiátrica brasileira: o papel*

*dos arquivos para a construção de políticas públicas na saúde mental*, de Ribeiro, Lamb e Mascarenhas (2018);

(ii) PERI - *Memórias Difíceis: Hospital de Colônia de Barbacena, reforma psiquiátrica brasileira e os usos políticos de um passado doloroso*, de Borges (2017);

(iii) SABI - *Memorial do Hospital Psiquiátrico São Pedro, Porto Alegre/RS: espaço de memória e representatividade social*, de Cardoso (2020.)

Além das publicações citadas, as informações existentes nos acervos de instituições manicomiais se constituem em bases de denúncias que suscitam a luta antimanicomial presente na atualidade como também são utilizadas por grupos de pesquisas e projetos de extensão que abordam o tema à luz da preservação e conservação dos acervos, explorando assim, o grande potencial informativo desses documentos.

Sobre os estudos para a preservação de documentos de instituições manicomiais existentes no Brasil, podemos citar o trabalho da professora Viviane Borges, docente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A pesquisadora mantém um Projeto intitulado “Arquivos marginais”, com suas atividades iniciadas em 2011. Composto por bolsistas e voluntários e colaboradores de diferentes áreas, o projeto tem como objetivo produzir e difundir o conhecimento sobre instituições de isolamento, como hospitais psiquiátricos, leprosários, reformatórios e prisões. Desse modo, volta-se a temáticas ligadas a estes lugares, aos seus arquivos, às práticas institucionais, aos direitos humanos e ao patrimônio cultural. O trabalho é realizado através do apoio à salvaguarda de acervos e da pesquisa criteriosa, além de ações de extensão e de divulgação histórica.

O Projeto tem atuado, entre outros espaços, nos acervos de instituições psiquiátricas catarinenses, a saber: a Penitenciária de Florianópolis e o Hospital Colônia Sant’Ana através de uma parceria entre estas e o Laboratório de Patrimônio Cultural da UDESC (LabPac/UDESC) tendo como objetivo a criação do Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Sant’Ana (CEDOPE/HCS-IPq).

Segundo Borges (2016), esse tipo de arquivo é composto por dossiês que “documentam a vida institucional de homens infames. Documentos usados para a identificação e controle dos fluxos de objetos e pessoas que ali entram e saem, ou para o conhecimento e controle dos sujeitos confinados” (Borges, 2016, p. 97).

Nesse sentido, buscamos compreender o potencial informativo dos documentos gerados pelas instituições asilares/manicomiais de João Pessoa à luz da Ciência da Informação, compreendendo como esses registros, produzidos durante a entrada e a permanência dos acometidos por sofrimento mental durante os séculos XIX e XX nessas instituições, podem contribuir para a reconstrução de uma memória manicomial paraibana. Além disso, inserindo-se no eixo temático da memória, buscamos chamar a atenção para a necessidade de preservação desse tipo de documento visando a salvaguarda de todo um patrimônio documental ainda pouco conhecido.

Entendendo que as informações produzidas pelas instituições manicomiais durante sua trajetória de atuação foram transmitidas no seu decurso administrativo, observamos que estas se constituíram tanto em objeto de registro como de estudo, que a apropriação dessas informações por diferentes atores sociais também auxiliou na produção de novos conhecimentos sobre a loucura e que, com o passar dos anos, a ressignificação dessas informações passou a ser utilizada como fonte de denúncia e luta contra os abusos cometidos sobre os indivíduos acometidos pelo sofrimento mental. Desse modo, acreditamos que a preservação e a disseminação dessas informações são importantes e que estas podem ser utilizadas para a reconstrução de uma memória manicomial paraibana contribuindo para a perpetuação de uma memória social sobre a loucura dentro de uma área interdisciplinar como a Ciência da Informação.

### **3 AS INSTITUIÇÕES MANICOMIAIS EXISTENTES NA CIDADE DE JOÃO PESSOA: BREVE HISTÓRICO**

Loucos, mentecaptos, débil mental, imbecis, alienados, doentes mentais. Ao longo dos anos foram muitos (e ainda são) os nomes dados às pessoas em sofrimento mental que deram/dão entrada nas instituições conhecidas como asilos, sanatórios, hospitais psiquiátricos e/ou manicômios no Brasil entre os séculos XIX e XXI.

Para Goffman (1961, p. 10), as instituições que acolham as pessoas em sofrimento mental são conhecidas como instituições totais e definidas pelo autor como sendo “[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

A primeira instituição surgida no Brasil para realizar o atendimento aos chamados “alienados” foi o Hospital D. Pedro II, fundado em 1852 na cidade do Rio de Janeiro. A partir da segunda metade do século XIX, outras instituições passaram a ser criadas nas suas próprias localidades para o atendimento de seus doentes em sofrimento mental. Desse modo, surgiram as instituições “exclusivas para alienados” em São Paulo (1852), Pernambuco (1864), Pará (1873), Bahia (1874), Rio Grande do Sul (1884) e Ceará (1886) (Oda; Dalgalarond, 2000).

Na Paraíba, desde o início da província no século XVI, os pacientes suspeitos ou com sofrimento mental eram mantidos nas prisões ou acolhidos no Hospital de Santa Isabel mantido pela Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, localizado no centro de sua capital. Apenas em 1892, o terreno onde estava instalado o Hospital Sant’Ana para variolosos foi doado à Santa Casa. A instituição passou então a custear uma enfermaria de loucos, “[...] ali construída pelo Estado [...], um pavilhão colocado ao nascente do atual Hospital de Santa Isabel, com mais ou menos uns trinta metros quadrados de área coberta” (Coelho Filho, 1977, p. 153-154).

Com estrutura improvisada e inadequada, o Asilo foi alvo de diversas denúncias em jornais e nas sessões da Assembleia da capital que relatavam o estado de penúria em que viviam os pacientes acometidos por sofrimento mental, desde a privação da liberdade até o ambiente insalubre que compartilhavam nas pequenas selas do pavilhão. Desse modo, em 1928 é fundado o manicômio Juliano Moreira, visto como um espaço mais condizente com as terapêuticas existentes e mais avançadas para o tratamento da loucura na época (Junqueira, 2016, p. 311).

Durante o século XIX, o estudo da loucura contribuiu para experimentos relacionados à eugenia e ao entendimento de teorias que defendiam a propensão à criminalidade de acordo com a estrutura craniana do paciente ou com a degeneração do ser humano baseada na mistura de raças. Surge então a necessidade de um novo espaço, capaz de manter longe da sociedade o louco infrator, aquele que, sem controle de seus atos, poderia pôr em risco a vida dos cidadãos. Desse modo, em 1921, é fundado na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Manicômio Judiciário. Na Paraíba, em 1943, é inaugurado o Manicômio Judiciário, obra construída ao lado do Manicômio já existente, tendo como objetivo separar os ditos loucos comuns daqueles que haviam cometido crimes por conta de sua condição.

De acordo com Carrara (1998), o Manicômio Judiciário [...] “se caracteriza fundamentalmente por ser ao mesmo tempo um espaço prisional e asilar, penitenciário e hospitalar. Destinava-se aos sujeitos considerados alienados que cometeram algum tipo de transgressão, em face de não ter[em] controle nem consciência de suas ações” (Carrara, 1998, p. 27).

Com a criação dessas instituições ao longo dos anos, os acometidos de sofrimento mental passaram a ser administrados nesses espaços, sofrendo toda a forma de exclusão com tratamentos naturalizados e aceitos pela maior parte da sociedade até que em 1987, na cidade de Bauru, interior paulista, ocorre o 1º Congresso Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental inaugurando um movimento de luta cuja maior conquista foi a aprovação da lei da Reforma Psiquiátrica, Lei nº 10.216 de 2001 (Brasil, 2001). A partir dela, houve um redirecionamento do modelo assistencial em saúde mental no país, com o fechamento gradual de leitos em hospitais psiquiátricos.

Todas as instituições citadas mantêm em seus acervos registros importantes sobre a entrada e a permanência desses pacientes como ofícios de internação, fichas e livros de entrada e prontuários médicos. São Registros feitos no decorrer de suas atividades administrativas, mas que com o tempo se transformaram em provas e testemunhas de internações duvidosas, de tratamentos desumanos e de toda sorte de infortúnios a que eram submetidos os pacientes com sofrimento mental.

No Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, por exemplo, encontramos os ofícios de internação com pedidos, na sua maioria, por parte das delegacias das províncias, para o internamento de “alienados”, inicialmente em seu Hospital de Caridade durante toda a segunda metade do século XIX e, mais tarde, no Asilo Sant’Ana mantido pela instituição durante o início do século XX. Mas, após sua entrada, os registros mostram que tais indivíduos passaram a ser chamados apenas de “loucos”, “mentecaptos” ou “alienados” nos relatórios produzidos pelos dirigentes, demonstrando assim como a sua individualidade era silenciada e esquecida.

Passando para o século XX, no caso do Manicômio Juliano Moreira, em seu arquivo ainda podemos encontrar prontuários médicos com a identificação de alguns pacientes assim como os livros de entrada e os ofícios com pedidos de internação.

Já na Penitenciária Forense da Paraíba, em formato de livro, encontramos o registro dos primeiros 50 pacientes que deram entrada na instituição entre os anos de 1943 e 1946

mostrando aspectos como a aparência física do paciente, etnia, gênero, posição social, estado em que deu entrada (calmo, agitado) além do relato do crime cometido tanto na visão do interno (realizada através de entrevista) quanto na visão do escrivão da instituição baseado nos autos do processo.

Essas informações, produzidas em determinadas épocas, acompanhando as tendências médicas e os estudos produzidos dentro e fora do Brasil sobre a condição do louco e da loucura, ajudaram a legitimar tratamentos, sequestros e a limitação de liberdades, além de perpetuar silêncios e apagamentos da individualidade de seus pacientes, mas ao serem ressignificadas, as informações se transformaram em produto de denúncias e instrumento de luta contribuindo para o surgimento dos movimentos conhecidos como antimanicomiais que passaram a defender o fechamento dos antigos manicômios e o tratamento desses pacientes em locais mais condizentes com as novas demandas e percepções sobre a loucura, alinhadas aos direitos humanos existentes.

Apesar da existência desses registros e de todo seu potencial informativo, os mesmos se mantêm isolados entre os muros de suas instituições, refletindo uma memória fragmentada sobre a assistência à loucura paraibana correndo o risco de desaparecimento sem mesmo serem conhecidos nem terem um trabalho completo realizado sobre sua trajetória, o que nos causa grande preocupação em torno da perda deste patrimônio documental diante da possibilidade de fechamento dessas instituições com o avanço do movimento antimanicomial vigente.

Vale destacar que as informações registradas sobre a entrada dos pacientes acometidos por sofrimento mental nessas instituições seguem um padrão existente e evidenciado de acordo com a época de registro, revelando aspectos sociais, econômicos e religiosos que permeiam as relações internas e externas de cada instituição. Constituídos a partir das trajetórias de pessoas marginalizadas e excluídas pela sociedade, esses registros são fruto de atividades administrativas produzidas apenas pelos discursos de seus dirigentes, guardando silêncios e esquecimentos e tendo como característica básica a homogeneização das identidades de todos aqueles que davam entrada em seus espaços a partir do apagamento de suas identidades e, conseqüentemente, de suas próprias histórias de vida.

Por conta disso, acreditamos que projetos que possibilitam a preservação e organização de documentos produzidos por tais instituições são importantes para que essas informações não sejam negligenciadas, o que pode acarretar seu total desaparecimento e a

impossibilidade de reconstrução de novos significados a essa memória constituída por um grupo marginalizado, inviabilizando a possibilidade de torná-la viva no presente num sentido emancipatório.

#### **4 O PROJETO DE EXTENSÃO “SAÚDE MENTAL E JUSTIÇA: DESENVOLVIMENTO DE UM AMBIENTE DIGITAL PARA A DISSEMINAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA A PARTIR DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DA PPF/PB”**

As instituições de controle citadas neste trabalho mantêm em seus acervos informações importantes sobre o funcionamento de suas atividades, mas que nem sempre são de fácil consulta, o que vai contra as ideias de Ricoeur (2007), quando afirma que o arquivo é entendido como um lugar físico e social que abriga o rastro documental, estando o documento de arquivo aberto a quem interessar.

Embora fiquemos diante do descaso com esse tipo de documentação por parte de seus gestores, da ausência de projetos para sua organização e do desinteresse da própria comunidade sobre sua existência, não podemos fechar os olhos ao seu valor informativo e ao risco de perda desses suportes que, na grande maioria das vezes, sofrem com a ação do tempo.

Na Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba, localizada na cidade de João Pessoa, além de um rico acervo produzido a partir das atividades da instituição, encontramos nas folhas de entrada, em formato de livro, o registro dos primeiros 50 pacientes que adentraram suas portas entre os anos de 1943 (fundação da instituição) e 1946.

Por ser consultado frequentemente por pesquisadores de diferentes áreas, a preservação do referido livro, ameaçado pelo manuseio constante, causou preocupação ao dirigente da Penitenciária. Seu contato com docentes do curso de Arquivologia da UFPB suscitou a criação do Projeto *Direito à memória: tratamento documental do acervo da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba* iniciado em 2021 e coordenado pelas professoras Dr<sup>a</sup> Claudyaline Araújo e Dr<sup>a</sup> Danielle Alves do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, com a colaboração de alunos do curso de Arquivologia da referida instituição de diferentes períodos.

No primeiro ano (2021), foram realizados o diagnóstico de conservação do livro de

registro juntamente com as atividades de identificação, análise documental, descrição (com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística), além do início da construção de um instrumento de pesquisa: o Guia da Instituição contendo todas as informações importantes sobre a mesma.

Em 2022, sob o título de *Silenciamento, Sofrimento Mental e Cidadania: o Arquivo da Penitenciária de Psiquiatria Forense da Paraíba*, após a realização de formação dos voluntários com palestras e oficinas online ainda no contexto da pandemia de COVID-19, as atividades continuaram focadas na conclusão da construção do Guia da Instituição e na descrição mais detalhada dos registros existentes no livro dos 50 primeiros pacientes que deram entrada no local. O objetivo era compreender a importância dessas informações para justificar todo o esforço de sua preservação. Como resultado, observamos que os detalhes de cada registro mostravam aspectos que iam além de uma simples internação de um indivíduo. A maioria revelava toda uma trajetória de abandono, doença, estigma e pobreza que se seguia até culminar com o crime que o levou ao seu destino na instituição a ponto de mostrar que essas pessoas não eram simples números dentro de um espaço de reclusão.

Em 2023, voltando às atividades presenciais, já com o título de *Saúde Mental e Justiça: desenvolvimento de um ambiente digital para a disseminação e ressignificação da informação e memória a partir do acervo arquivístico da PPF/PB*, o projeto seguiu com oficinas de pequenos reparos com os participantes do projeto para propiciar a salvaguarda dos registros de entrada existentes no livro e, assim, mantê-lo em condições de acesso e uso. Iniciou-se as discussões sobre as atividades de digitalização e a construção de um repositório confiável para que estas informações ficassem acessíveis para os funcionários da Penitenciária e para os pesquisadores com autorização para acessá-las.

Nesse mesmo ano foram realizadas reuniões com alunos do curso de Tecnologia da Informação de uma Faculdade particular de João Pessoa com objetivo de escolher a melhor forma de criação de um repositório confiável para o registro dos documentos digitalizados e os mecanismos de acesso. Paralelamente a essas discussões, iniciou-se a digitalização do livro com equipes que se revezavam durante a semana, seguindo um cronograma previamente divulgado entre o grupo. Desse modo, a presença dos professores e da bolsista era constante, supervisionando as digitalizações e orientando os alunos em seus referidos dias de atividade.

As digitalizações encerraram-se no final do segundo semestre de 2023. A construção do repositório digital se encontra em andamento pelos profissionais de TI com a colaboração dos membros do projeto no que diz respeito às informações sobre a constituição de seu layout e do aprimoramento de seus mecanismos de busca através de testes realizados pelos voluntários. Sua entrega a instituição e seu funcionamento estão previstos para o segundo semestre de 2024.

Acreditamos que, ao tornar as informações do livro disponíveis para consulta, mesmo que de forma ainda limitada aos funcionários internos e pesquisadores (por ser constituído de informações sensíveis que não podem ser abertas ao público em geral), o Projeto contribui para a preservação dos suportes auxiliando na preservação destes, combatendo o esquecimento e contribuindo para uma possível reconstrução de uma memória social manicomial, pois, a partir da memória abre-se a possibilidade para que esta “possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos” (Gondar, 2008, p. 5).

Ressaltamos a importância do Projeto no crescente papel dos arquivos e da Ciência da Informação na disseminação da informação, na garantia dos direitos humanos e na promoção da justiça social, ampliando a necessidade de preservação, conservação e difusão desse tipo de acervos.

Além disso, ao se debruçar sobre a questão da preservação de tais suportes e o compartilhamento desse tipo de informação, o projeto se destaca na medida em que não há em andamento no Estado, como também em nível nacional, tantos projetos com o mesmo objetivo. Isso mostra a urgência do pensar sobre esse tipo de documentação, sobre a possibilidade de perda das informações e a inviabilização da produção de novas pesquisas científicas sobre o tema, caso isso ocorra, anulando assim as possibilidades de reconstituição de uma memória social em torno da temática apresentada.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vimos que, ao serem permeados por métodos de controle, abusos, abandonos, exclusões e preconceitos, os registros informacionais existentes nas instituições asilares/manicomiais da cidade de João Pessoa são reveladores de silenciamentos e apagamentos aos quais estavam submetidos todos aqueles considerados indivíduos em

sofrimento mental se constituindo em fontes de grande potencial informativo para a reconstituição de memórias além de se configurarem em registros de denuncia que alertam a sociedade sobre o desrespeito aos direitos humanos, o que repercute em lutas em prol de novas formas de tratamento e no próprio fim de tais instituições, questão defendida atualmente pelo movimento antimanicomial.

Ao se trazer a temática da memória manicomial da Paraíba dentro da área de Ciência da Informação, buscamos mostrar como a dinâmica de produção e disseminação de informações se faz presente nas relações sociais existentes entre as instituições que mantêm os registros manicomiais e a sociedade em que está inserida.

Por último, ao trazer o exemplo do projeto *Saúde Mental e Justiça: desenvolvimento de um ambiente digital para a disseminação e ressignificação da informação e memória a partir do acervo arquivístico da PPF/PB*, buscamos mostrar de maneira prática a importância de uma ação de preservação de acervos marginalizados e como esta pode contribuir para a conservação de suportes informacionais que possibilitem, a partir da pesquisa, a reconstrução de uma memória manicomial estando assim alinhado ao discurso e a prática social defendidos pela CI.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Viviane Trindade. Arquivos marginais: outras fontes, outros acervos. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-54, dez. 2016.

BORGES, Viviane Trindade. Memórias difíceis: Hospital de Colônia de Barbacena, reforma psiquiátrica brasileira e os usos políticos de um passado doloroso. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 105-127, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 23 maio 2024.

CARDOSO, Tais Bender. **Memorial do Hospital Psiquiátrico São Pedro, Porto Alegre/RS: espaço de memória e representatividade social**. 2020. Monografia (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

CARRARA, Sergio. **Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século**. Rio de Janeiro: EDUERJ/EDUSP, 1998.

COELHO FILHO, Heronildes. **A Psiquiatria no país do açúcar e outros ensaios**. João Pessoa: A União, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2008. Disponível em: <https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em: 18 jun. 2024

JUNQUEIRA, Helmara Gicelli Formiga Wanderley. **Doidos(as) e doutores: a medicalização da loucura na Província/ Estado da Paraíba do Norte (1830-1930)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MILLAR, L. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, Ottawa, n. 61, p. 105-126, Sept. 2006. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12537>. Acesso em: 19 jun. 2024.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Revista brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 178-179, dez. 2000.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de *et al.* (org.). **Patrimônio, memória e informação: tríade para construção e fortalecimento indenitário**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

PORTER, Roy. **Uma história social da loucura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

RIBEIRO, Daniele Corrêa; LAMB, Nayara Emerick; MASCARENHAS, Wilma Fernandes. Memória da loucura e as reflexões sobre a reforma psiquiátrica brasileira: o papel dos arquivos para a construção de políticas públicas na saúde mental. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 49-63, jan./abr. 2018.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SALDANHA, Gustavo Silva; SILVA, Michelle Luize Guimarães da. Da loucura e da arte nos limites de uma epistemologia da organização do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2017. p. 1-20.

SANCHES NETO, Asy Pepe; LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueiredo. Entre silêncios e sussurros: a questão do acesso à informação sobre o “louco”, uma análise dos prontuários do hospital psiquiátrico de jurujuba. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 1, p. 64-79, set. 2016/mar. 2017.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à Ciência da Informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

WERSIG, Genot.; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **Information Scientist**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 127-140, dec. 1975.